



## **POR UMA AGROECOLOGIA ANTIRRACISTA**

**MOTTA, Vivian Delfino<sup>1</sup>**

<sup>1</sup> Doutranda em Ciências Sociais- Unicamp; Mestra em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável-UFSCar, Engenheira Agrônoma- UFV, Docente do Instituto Federal e Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo- Campus São Roque.

### **RESUMO**

A ruralidade na América Latina é constituída majoritariamente de uma população indígena e/ou afro-indígena, no Brasil (o país com maior população negra fora da África) essa mistura de saberes torna-se ainda mais presente. Assim, estudar esse contexto com base nas referências eurocêntricas não explicita as desigualdades que impactam sobre as mulheres rurais afro-indígenas. Concentrando-me no caso brasileiro, a escravidão centrada na desumanização e a espoliação de qualquer direito, somado ao genocídio das comunidades indígenas, leva a construção de um rural marcado por ausências de perspectivas positivas e recheado de simbologias depreciativas (atraso, pobreza, fracasso, ignorância). A agroecologia, unida ao feminismo, traz em si um discurso antissistêmico, mas negligente com as mulheres brasileiras rurais não-brancas por não incorporar em suas estratégias uma real e clara prática antirracista. Esse artigo tem como objetivo discutir o impacto do racismo na vida das mulheres rurais e estimular o surgimento de uma agroecologia, feminista e antirracista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulheres Negras, Racismo, Interseccionalidade.

### **INTRODUÇÃO**

Em 2015, Emma Siliprandi lança a publicação da sua tese de doutorado *Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*, foi uma das primeiras publicações dentro da agroecologia a citar o feminismo como uma lente para olhar a realidade das mulheres rurais. Neste estudo, ela afirma que diversas fontes reconhecem a desigualdade de gênero dentro do universo agroecológico, compactuam que tal aspecto deveria ser abordado em pesquisas, gerando propostas de intervenção, mas que o debate se encerra por aí. Não existe um aprofundamento na problemática que é essencial para se entender como se expressam as relações de poder no meio rural.

As relações de poder determinam igualmente as condições de participação de homens e mulheres nos espaços de decisão sobre os rumos da sociedade e portanto, na construção do desenvolvimento rural sustentável. Parece existir um “vazio de análise” entre o nível micro focado pelas teorias agroecológicas (o agroecossistema) e o nível macro (as comunidades rurais, os “camponeses”, os “indígenas”, a “agricultura familiar”), um espaço que merece ser analisado, no qual se encontram as pessoas concretas, homens e mulheres que trabalham com a agricultura (Siliprandi, 2015).

Nomes importantes dentro da produção acadêmica trabalham a temática da agroecologia e reconhecem a contribuição das mulheres na luta pela terra, mas como diz Sevilla Guzmán da universidade da Córdoba em sua entrevista realizada pelo Encuentro Internacional “La agricultura y la agroecología en las relaciones sur-norte” (1999), em Andaluzia explica o porquê do tema não ser abordado: “A universidade não



dispunha de pessoal especializado na discussão de gênero ou das mulheres, e, embora esse tema nos interessasse, e sempre aparecesse nas reuniões, não conseguimos desenvolvê-lo”.

Mesmo assim, algumas pesquisadoras, e poucos pesquisadores, voltaram seus olhares para a realidade das mulheres rurais, observando quão fundamental é a sua presença naquele espaço e relatando as violências enfrentadas pelas mesmas. Na década de 1990, a antropóloga Maria Emília Pacheco começou a produzir textos que mostravam a vida das mulheres rurais brasileiras destacando a invisibilidade do trabalho feminino que comumente e, ainda nos dias de hoje, é considerado como “ajuda”. Esse trabalho é, em grande parte, sobre a produção da alimentação familiar e geração de renda que, normalmente, é utilizada para o bem da família (quando não é apropriada pelo marido ou companheiro). A pesquisadora possui artigos na esfera da divisão sexual do trabalho e da submissão feminina no campo.

Aos poucos, foram surgindo estudos sobre a situação das mulheres rurais, mas esses ainda repercutiam pouco na realidade das mesmas, eram analíticos, descritivos, mas ainda não auxiliam na mudança da vida das mulheres. A luta das agricultoras estava misturada a pauta geral da agricultura familiar, onde as mulheres tinham que lutar por espaço e voz.

### **Luta distinta para mulheres unidas: o que impacta sobre a vida das mulheres negras?**

A agroecologia se consolida através de ações, práticas e conhecimentos que promovem a equidade entre as pessoas, a inserção do feminismo no debate é a estratégia para apontar a existência da desigualdade de gênero no universo agroecológico. Avançamos muito, temos muito a avançar, mas qual a estratégia para que a equidade chegue à mulheres negras sem o enfrentamento ao racismo? Qual o debate que a agroecologia possui na esfera étnico-racial?

As pesquisas vinculadas à temática agroecologia e ao feminismo são construídas, principalmente, por mulheres brancas, com os olhos voltados para um feminismo que reconhece a existência do racismo, mas o considera uma desigualdade “menor”. Estatísticas demonstram como o racismo fere à existência de maior parte das mulheres brasileiras: **a)** Segundo uma pesquisa realizada pelo IPEA (2013), em 2009, 51,1% famílias se declararam chefiadas por mulheres negras; mulheres negras recebiam 51,1% do rendimento das mulheres brancas; de cada cem mulheres negras chefes de família, onze estavam desempregadas, e entre as brancas este número era apenas sete<sup>1</sup>; **b)** No Brasil há um contingente de 53.566.935 mulheres negras, dentre uma população residente estimada em 201,5 milhões de pessoas. As mulheres negras são urbanas, rurais, lésbicas, transexuais, jovens, idosas, deficientes, com muita ou pouca escolaridade, em sua maioria com pouca renda; **c)** O Mapa da Violência em 2015 demonstra que, no período 2003-2013, as principais vítimas da violência de gênero foram meninas e mulheres negras, com queda na evolução das taxas de homicídio de mulheres brancas – de 3,6 para 3,2 por 100 mil – e crescimento nas taxas de mulheres negras – de 4,5 para 5,4 por 100 mil –, com prevalência entre 18 e 30 anos de idade e maior incidência de mortes

<sup>1</sup> E-book Mulheres Negras e violência doméstica: decodificando os números (2017).



causadas por força física, objeto cortante/penetrante ou contundente, e menor participação de arma de fogo. Com base nas estatísticas demonstradas acima, como podemos considerar o impacto das desigualdades raciais menores que as desigualdades de classe e de gênero? Como garantir a vida das mulheres não brancas sem o combate ao racismo? Qual o papel das mulheres brancas nesse debate?

Penso, que a hierarquização das desigualdades, realizada pelas mulheres brancas, já é um erro, pois as mesmas não podem medir o impacto do racismo no seu cotidiano. Só quem poderia medir esse “gradiente de impacto” seria a vítima das três opressões, ou seja, uma mulher não branca. Imaginemos que, no universo da agroecologia, a partir de muita luta, conseguíssemos eliminar as desigualdades de gênero e de classe. Poderíamos afirmar que na América Latina as mulheres rurais estão livres? Se temos um campo constituído historicamente por um processo colonizador racista, é certo que, mesmo com o alcance de tal utopia, as mulheres não brancas continuariam oprimidas?

É só a partir da compreensão do que é o racismo, “Para nós, o racismo constitui como uma sintomática que caracteriza uma neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular” (Gonzalez, 1984) e tendo a inserção dessa perspectiva de forma igualitária dentro do combate às desigualdades estruturais que a agroecologia se materializa, sendo assim: se há racismo não há agroecologia e também não há feminismo. Acredito que a interseccionalidade é o caminho para ampliar nossa visão, pois:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (Hooks, 2000).

A agroecologia já se comprometeu com a luta para eliminar a desigualdade de classes, vem se comprometendo com a luta pela desigualdade de gênero e precisa ir além de reconhecer a existência do racismo, se comprometer em ser uma ação antirracista.

Essa é uma ciência prática. O movimento cresceu absorvendo o conhecimento ancestral das mulheres não-brancas e não ganhou o lugar de destaque na construção dessa história. O embate, nesse momento, é ampliar o olhar, construindo uma pauta de enfrentamento que contemple todas as mulheres. Que a agroecologia possa ser plural, democrática, feminista, decolonial e também antirracista.

### **Saberes tradicionais e os corpos transnacionais**

Acredito que a construção de uma ruralidade feminista e agroecológica passe pela discussão ligada aos saberes tradicionais. Certamente, para muitas/os não há o que discutir, é óbvio que a agroecologia abarca os saberes tradicionais e os valoriza. Acontece que esses saberes não têm cara nem cor, são apenas



saberes.

Ainda com o olhar sobre o Brasil, as vivências das mulheres negras trazidas como escravas eram intimamente ligadas a ruralidade de regiões tropicais e semiáridas no continente africano. Regiões similares a que ocuparam no país-colônia, onde trabalhavam na produção de cana de açúcar ou café. Essas mulheres armazenavam em seus corpos conhecimentos que foram essenciais para a resistência. Elas conheciam sementes crioulas que poderiam ser cultivadas para potencializar a alimentação escassa, sabiam lidar com o solo, tinham conhecimento de como produzir e aproveitar ao máximo os alimentos, conseguiam produzir em pequenos espaços uma diversidade considerável de alimentos, armazenavam as sementes para esperar o melhor momento para o cultivo, as sementes eram bens valorizados, perdê-las não era algo aceitável. Tais conhecimentos eram aplicados na vida, nas senzalas, e foram desenvolvidos, estudados, adaptados em diversos quilombos formados a partir da resistência e da resiliência do/as escravo/as.

Os saberes que foram ali aplicados estão vinculados a uma vivência negra, a uma ligação com a África que a diáspora não foi capaz de apagar. É transatlântica, como diz Beatriz Nascimento, o quilombo é o lugar de encontro desses corpos, desses saberes, desse viver que vem lembrar como era a prática das coisas na África. Entender a manifestação desses corpos é algo para além da dança, da música, das comidas, da forma de se movimentar no espaço, vai para um olhar diferente da realidade onde a natureza é parte desse corpo e sem ela esse ser é incompleto.

As religiões de matrizes africanas são responsáveis pela conservação de várias outras e pela geração de várias práticas sustentáveis, pois produzir alimentos a partir da destruição das florestas, da poluição da água, do não respeito às sementes é ofender, severamente, as divindades. Todos os orixás são ligados a um elemento natural, os ritos acontecem em espaços naturais: a água, a mata, o mar e a comida são de suma importância para se viver a espiritualidade. Os quilombos, anteriormente, viviam as histórias orais dos orixás e dos ancestrais de forma cotidiana, as mulheres eram as grandes comandantes dos ritos por possuírem o conhecimento necessário para manter a tradição e ensiná-las para filhas e filhos.

Tais conhecimentos, somados à vivência indígena, foram a base da agroecologia, na verdade é a agroecologia latino-americana. As/os brancos que aqui chegaram como colonizadores trouxeram um sistema produtivo totalmente predatório, machista, desumano, monocultivador, sem o olhar das mulheres (brancas) que ficavam confinadas ao ambiente doméstico. Essa análise, me faz ter mais certeza que a agroecologia é uma mulher não-branca e que essa característica precisa ser destacada e valorizada.

## **METODOLOGIA**

A revisão de literatura e a participação, observação participante, em espaços de debate sobre o tema trabalhado foram as principais metodologias utilizadas para compor este artigo. Parte da revisão da literatura teve como objetivo articular materiais que tinham como foco análises sobre as mulheres na agroecologia, racismo, feminismo negro, interseccionalidade, história das mulheres negras no Brasil, decolonialismo.

Para isso, buscamos inspiração em autoras/autores como: Emma Siliprandi, Bel Hooks, Lélia



Gonzales, Beatriz Nascimento, Joyce Berth, Franz Fenon, Florestan Fernandes. Os princípios e ideais da agroecologia também foram norteadores pelas ideias descritas neste resumo buscando a contribuição de Gliessman e Acosta. Todo o debate dessa pequena reflexão parte do pressuposto de que as **mulheres negras têm uma participação fundamental na construção do conhecimento e da prática agroecologia**, sendo assim, busquei em Paulo Freire a iluminação necessária para justificar tal afirmação.

As vivências obtidas nos espaços como: o grupo Soledad Barret-Marcha Mundial das Mulheres; SOF-Sempreviva organização feminista; III Semana das mulheres negras e Ubuntu- PUC/SP; Grupo Flores de Ximenes- Assentamento Ximenes/ PE; e XXX congresso ALASRU/ Montevidéu foram de grande importância para ampliar o olhar sobre a realidade das mulheres negras dentro do universo da agroecologia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

### Agroecologia, feminista e antirracista

Apesar do reconhecimento claro que as questões raciais estão intimamente vinculadas à manutenção da pobreza e da exclusão dentro do universo da agroecologia, não obtivemos mudanças. A produção do conhecimento continua sendo realizada por pessoas, homens e mulheres, brancas, que acreditam fortemente no impacto negativo do racismo, mas o colocam como algo secundário quando consideramos os fatores oriundos da desigualdade de classe. Para minha surpresa, e decepção, o mesmo ocorre na linha de estudos na qual me dedico: agroecologia e feminismo(s). Mulheres brancas são as detentoras da produção do conhecimento e repetem em alto e bom som que o racismo é secundário em relação a questões vinculadas a desigualdades de raça e gênero<sup>2</sup>. É certo que, nós mulheres negras, não podemos acabar com o racismo sem a conscientização e a participação ativa no combate ao racismo das mulheres brancas. Mas, tenho como certeza que ausência e/ou apagamento das/dos pesquisadoras/pesquisadores negros é um fator primordial para a manutenção da nuvem que esconde as questões negras no campo e na cidade. É fundamental que negras e negros registrem, publiquem e enfrentem tais afirmações com propriedade e disseminem suas ideias antirracistas em todos os espaços possíveis e imaginários. Acredito que esse espaço será de fundamental importância para abrir os ouvidos e os olhos das/dos colegas brancos e iniciar, finalmente, a construção de uma agroecologia que considere, de forma igualitária, o combate às desigualdades de gênero, raça e classe.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos.

BATISTA, Maria S. X. Os movimentos sociais cultivando uma Educação popular, disponível em , <http://www.anped.org.br/biblioteca/item/os-movimentos-sociais-cultivando-uma-educacao-popular-do-campo> acesso em 15/10/2012

FAUTINO, D.M. Frantz Fanon: um revolucionário, particularmente negro. Editora Ciclo Contínuo, São Paulo, 2018. FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Terra e paz, Rio de Janeiro, 1967.

GONZALEZ, L. Racismo e Sexismo na cultura brasileira, in:Revista Ciências Sociais Hoje. Rio de Janeiro, 1984. HOOKS, B. Feminism Is For Everybody: Passionate Politics, Pluto Express. London, 2000.



# III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL  
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:  
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

HARAWAY, Donna. (2004). Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. Cadernos Pagu, Campinas, n.22, p.201-246.

GELEDÉS, Instituto. E-Book Mulheres Negras e Violência Doméstica: decodificando os números 2017. <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/e-BOOK-MULHERES-NEGRAS-e-VIOL%C3%8ANCIA-DOM%C3%89STICA-decodificando-os-n%C3%BAmeros-isbn.pdf> acess em 28/01/2019.

GLIESSMAN, S. Agroecologia: processos em agricultura sustentável. Ed. Universidade/UFRGS, 2001

RATTS, A. Palestra sobre vida e produção de Beatriz Nascimento. III Seminário sobre mulheres negras e Unbutu. Pontifícia Universidade Católica-PUC, São Paulo, 2018.

SILIPRANDI, E. Mulheres e agroecologia: transformando o campos, as florestas e as pessoas. Editora UFRJ, 2016.